

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

 Senhores Acionistas:
 Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do Banco Pecúnia S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. São Paulo, 25 de fevereiro de 2013.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 - (em milhares de reais)

ATIVO	PASSIVO	
	2012	2011
CIRCULANTE	841.339	597.671
DISPONIBILIDADES	497	206
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	333.861	65.348
APLICAÇÕES EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS	333.861	65.348
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	-	7.782
CARTEIRA PRÓPRIA.....	-	7.656
VINCULADOS À PRESTAÇÃO DE GARANTIAS.....	-	126
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	2.816	2.697
CRÉDITOS VINCULADOS.....	6	105
RELAÇÕES COM CORRESPONDENTES.....	2.810	2.592
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	20	2
TRANSFERÊNCIA INTERNA DE RECURSOS.....	20	2
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	478.786	472.211
SETOR PRIVADO.....	560.233	515.606
PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA.....	(81.447)	(43.395)
OUTROS CRÉDITOS	704	23.322
DIVERSOS.....	704	23.322
OUTROS VALORES E BENS	24.655	26.103
OUTROS VALORES E BENS.....	647	389
DESPESAS ANTECIPADAS.....	24.008	25.714
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	586.908	655.693
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	13.386	-
CARTEIRA PRÓPRIA.....	13.250	-
VINCULADOS À PRESTAÇÃO DE GARANTIAS.....	136	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.179	560.115
SETOR PRIVADO.....	559.061	599.474
PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA.....	(58.882)	(39.359)
OUTROS CRÉDITOS	41.068	59.584
DIVERSOS.....	41.068	59.584
OUTROS VALORES E BENS	32.275	35.994
OUTROS VALORES E BENS.....	112	160
PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE OUTROS VALORES E BENS.....	(112)	(160)
DESPESAS ANTECIPADAS.....	32.275	35.994
PERMANENTE	7.290	26.302
INVESTIMENTOS	2.863	13.228
PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS NO PAÍS.....	2.863	13.228
OUTROS INVESTIMENTOS.....	59	59
PROVISÃO PARA PERDA EM INVESTIMENTOS.....	(59)	(59)
IMOBILIZADO DE USO	1.026	2.065
IMÓVEIS DE USO.....	207	207
REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS DE USO.....	804	804
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO.....	2.258	4.074
DEPRECIACÕES ACUMULADAS.....	(2.243)	(3.020)
DIFERIDO	84	353
GASTOS DE ORGANIZAÇÃO E EXPANSÃO.....	1.131	1.155
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DO DIFERIDO.....	(1.047)	(802)
INTANGÍVEL	3.317	10.656
ATIVOS INTANGÍVEIS.....	46.393	19.463
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DO INTANGÍVEL.....	(43.076)	(8.807)
TOTAL DO ATIVO	1.435.537	1.279.666

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - (em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	200.342	-	288	(11)	(118.966)	81.653
Homologação de aumento de capital - AGE de 10/08/11.....	62.254	-	-	-	-	62.254
Ajustes de avaliação patrimonial.....	-	-	-	9	-	9
Realização de reserva de reavaliação.....	-	-	(19)	-	31	12
Prejuízo do exercício.....	-	-	-	-	(53.532)	(53.532)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	262.596	-	269	(2)	(172.467)	90.396
Homologação de aumento de capital - AGE de 12/01/12 e de 12/12/12.....	161.000	-	-	-	-	161.000
Constituição reserva de capital.....	-	251	-	-	-	251
Realização de reserva de reavaliação.....	-	-	(19)	-	32	13
Prejuízo do exercício.....	-	-	-	-	(144.170)	(144.170)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	423.596	251	250	(2)	(316.605)	107.490
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012	287.596	185	260	(2)	(219.368)	68.671
Homologação de aumento de capital - AGE de 12/12/12.....	136.000	-	-	-	-	136.000
Constituição reserva de capital.....	-	66	-	-	-	66
Realização de reserva de reavaliação.....	-	-	(10)	-	16	6
Prejuízo do semestre.....	-	-	-	-	(97.253)	(97.253)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	423.596	251	250	(2)	(316.605)	107.490

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - (Em milhares de reais)
1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pecúnia S.A. ("Banco"), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam intergradadamente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Societé Générale Brasil. O benefício dos serviços prestados por esses institutos e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, sendo o impacto de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente. Os recursos necessários para o financiamento da carteira de crédito do Banco, bem como para a manutenção de suas operações, são garantidos pelo seu acionista controlador. Parte das captações vem sendo feitas através de depósitos interfinanceiros com o Banco Societé Générale Brasil S.A.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das disposições emanadas da Lei da Sociedade por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF. Foram efetuadas reclassificações na demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas de 31 de dezembro de 2011 para melhor comparação com as informações de 31 de dezembro de 2012. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam: a) CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.566/08; b) CPC 03 - Demonstrações de fluxo de caixa - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.604/08; c) CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.750/09; d) CPC 10 - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.989/11; e) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução BACEN n.º 4.007/11; f) CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.973/11; e) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.823/09; h) Pronunciamento Conceitual Básico (RT) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro - homologado pela Resolução BACEN n.º 4.144/12. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será da maneira prospectiva ou retrospectiva. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 08/01/2013.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de metros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requer a classificação da carteira em operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 9 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, de acordo com a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são avaliados, nas datas dos balanços, pelo seu valor de mercado e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados "para negociação" são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajuste de avaliação patrimonial", líquidos dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de futuros e são avaliados pelo valor de mercado, sendo que os ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado; e (2) Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários. **e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa** - As operações de crédito são classificadas de acordo com o nível de risco, segregadas em curso normal, atraso inferior a 15 dias, e vencidas, atraso igual ou superior a 15 dias, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos. Também foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito objeto de cessão de crédito com cobrição registrada na rubrica "Outras obrigações". **f) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)** - São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores e de Mercadorias e Futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar. **g) Investimentos** - As participações em controlada são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável. **h) Imobilizado** - É demonstrado pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas apresentadas na nota explicativa n.º 13 e compatíveis com o tempo da vida útil econômica dos bens. **i) Diferido** - É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou de vigência dos contratos de aluguel. **j) Intangível** - Está representado por softwares, demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos. Inclui ajuste pago pela Galo S.A. na aquisição do Banco, o qual foi reconhecido no balanço integral do valor recebido. **k) Valor de recuperação dos ativos** - Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade da perda dos seus valores. **l) Atualização monetária de direitos e obrigações** - Os direitos e as obrigações, legais ou contratualmente sujeitos à variação cambial e de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período. **m) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos** - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e considerando os encargos passíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base "pro rata" dia. **n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.820/09. **o) Ativos e passivos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre

as quais não cabem mais recursos; • Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; e • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal. • Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para riscos, em atendimento às normas do BACEN. **o) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240. A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 15%, de acordo com a Lei n.º 11.727 de 23 de junho de 2008.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2012	2011
Disponibilidades.....	497	206
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	333.861	64.333
TOTAL	334.358	64.539

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
a) Aplicações em depósitos interfinanceiros

	2012	2011
Prazo	333.861	64.333
Até 3 meses.....	-	1.015
A vencer de 3 a 12 meses.....	-	-
Total	333.861	65.348

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
a) Composição por categoria, tipo de papel, valor de curva e de mercado

	2012		2011	
	Valor de Mercado	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor de Curva
Títulos e Valores Mobiliários:				
Carteira Própria	13.250	13.252	7.656	7.659
Títulos disponíveis para venda.....	13.250	13.252	7.656	7.659
Letras financeiras do tesouro - LFT.....	13.250	13.252	7.656	7.659
Vinculados à Prestação de Garantias	136	136	126	126
Títulos disponíveis para venda.....	136	136	126	126
Letras financeiras do tesouro - LFT.....	136	136	126	126
Total	13.386	13.388	7.782	7.785

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas máximas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e os títulos privados no CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

b) Composição por prazo de vencimento

	2012	2011
Títulos disponíveis para venda		
A vencer entre 3 e 12 meses.....	-	7.782
Acima de 1 ano.....	13.386	-
Total	13.386	7.782

c) Composição por emissor

	2012	2011
Títulos disponíveis para venda		
Públicos - Governo federal.....	13.386	7.782
Total	13.386	7.782

d) Instrumentos financeiros derivativos - O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender às necessidades próprias, visando maximizar os resultados e administrar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. Os riscos são administrados através de sistemas de controle, estabelecimento de estratégia de operação, determinação de limites e monitoramento constante das posições assumidas. Os instrumentos financeiros derivativos são de alta liquidez nos mercados futuros, e são avaliados ao valor de mercado diariamente através de ajustes diários, em atendimento à metodologia descrita na Circular nº. 3.082/01 do BACEN. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 não havia instrumentos financeiros derivativos. O resultado apurado com instrumentos financeiros derivativos, utilizados para hedge dos empréstimos em moeda estrangeira, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está assim composto:

	Local de Negociação	2011
Mercadoria		
DDI.....	BMF&Bovespa	(3.898)
Total		(3.898)

e) Gerenciamento de riscos - A gestão de riscos do Banco Pecúnia S.A. é efetuada em conjunto com as demais instituições pertencentes ao Grupo Societé Générale Brasil, o qual gerencia os riscos independente das áreas de negócios. Equipes de especialistas por tipo de risco monitoram a exposição do Conglomerado e reportam diretamente à alta Administração. Atendendo à Circular 3477 de 24 de dezembro de 2009, a Resolução 3380 de 29 de junho de 2006 e os princípios de transparência e divulgação do acordo da Basileia II, divulgamos as informações referentes ao gerenciamento de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), de que trata a Resolução nº 3.490, de 29 de agosto de 2007, e à adequação do Patrimônio de Referência (PR), de que trata a Resolução nº 3.444, de 29 de fevereiro de 2007 do conglomerado financeiro Societé Générale no Brasil, no site da internet do Banco Pecúnia S.A.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO
a) Tipo de operação

	2012	2011
Financiamento de veículos	1.115.540	1.096.959
Crédito pessoal consignado em folha.....	3.450	15.930
Crédito pessoal.....	300	1.601
Crédito direto ao consumidor - CDC.....	4	690
Total	1.119.294	1.115.080

b) Composição da carteira por setor de atividade

	2012	2011
Setor privado:		
Pessoas físicas.....	1.119.294	1.115.080
Total	1.119.294	1.115.080

c) Composição da carteira por vencimento

	2012	2011
Prazo:		
Carteira vencida à partir de 15 dias.....	42.634	26.797
Carteira a vencer até 3 meses.....	158.531	148.759
Carteira a vencer de 3 a 12 meses.....	359.068	340.050
Carteira a vencer de 1 a 3 anos.....	488.792	487.789
Carteira a vencer de 3 a 5 anos.....	70.235	111.396
Carteira a vencer acima de 5 anos.....	34	289
Total	1.119.294	1,115.080

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E

(continuação)

BancoPecúnia

Banco Pecúnia S.A.

 Av. Paulista, 402 - 16º andar - São Paulo - SP
 CNPJ 60.850.229/0001-47

SOCIETE GENERALE GROUP
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - (Em milhares de reais)

gibilidade dos recolhimentos, para o qual o Banco vem contestando por meio de medidas judiciais a sua exigibilidade. Os consultores jurídicos indicam como provável a possibilidade de perda. (d) Refere-se à diferença entre o valor de PIS devido e o valor efetivamente recolhido. O Banco vem discutindo judicialmente o recolhimento dessa diferença. Os consultores jurídicos indicam como possível a possibilidade de perda; contudo, os tributos estão provisionados como obrigação legal.

c) Outras obrigações – diversas

	2012	2011
Cheques administrativos	1	4
Obrigações por aquisição de bens e direitos	-	54
Provisão para pagamentos a efetuar - Fornecedores (a)	1.630	9.779
Provisão para pagamentos a efetuar - Despesas de Pessoal	628	534
Provisão para contingências-Processos Trabalhistas (nota explicativa n.º 11 b)	2.248	2.941
Provisão para contingências-Processos Cíveis (nota explicativa n.º 11 b)	1.813	1.335
Provisão para pagamentos a efetuar - SG Paris (nota explicativa n.º 20 a)	33	191
Provisão para perdas com créditos cedidos com coobrigação (nota explicativa n.º 25)	827	1.162
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota explicativa n.º 20 a)	1.350	3.922
Valores a repassar - Premio de seguro (d)	771	1.540
Recebimentos a processar	4.151	1.335
Credores diversos no País - Demais	41	829
Credores diversos no País - Lojistas	-	17
Total	13.493	23.543
Curto prazo	8.605	14.932
Longo prazo	4.888	8.611

(a) Em 2011, refere-se principalmente a valor a pagar aos antigos acionistas pela aquisição das ações do Banco (pela Galo S.A., incorporada em 1º de maio de 2008) a ser liquidado em cinco parcelas iguais, acrescido da variação do CDI, a cada aniversário da assinatura do contrato de compra, datado de 29 de março de 2007. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram efetuados pagamentos no montante de R\$ 8.012, sendo o saldo de R\$ 7.213. Em 05 de abril de 2012, o Banco efetuou o pagamento da parcela remanescente aos antigos acionistas pela aquisição das ações do Banco, no montante de R\$6.749. (b) Refere-se à provisão para processos judiciais trabalhistas em andamento. A provisão foi constituída com base na perda média histórica, atualizada, dos últimos cinco anos. (c) Refere-se à provisão para processos judiciais cíveis em andamento. Os consultores jurídicos indicam como provável a possibilidade de perda. (d) Refere-se a prêmios de seguro prestamista, a serem repassados à Zurich Brasil Seguros Ltda.

10. DESPESAS ANTECIPADAS

	2012	2011
Comissões (*)	56.283	61.708
Total	56.283	61.708
Curto prazo	24.008	25.714
Longo prazo	32.275	35.994

(*) Referem-se a serviços pagos antecipadamente pela contratação de financiamento, sendo as despesas apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos contratos em carteira.

11. ATIVOS CONTINGENTES, PROVISÕES PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O Banco é parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda do Banco com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender perdas decorrentes de processos judiciais. a) **Ativos contingentes** - Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, não foram reconhecidos ativos contingentes, tampouco existem processos classificados como prováveis de realização. b) **Saldos Patrimoniais das provisões com processos judiciais, administrativos e obrigações legais por natureza**

	2012	2011
Provisões para riscos fiscais (1)	120.694	104.757
Provisões para riscos trabalhistas (2)	2.248	2.941
Provisões para riscos cíveis (2)	1.813	1.235
Total	124.755	108.933

(1) Nota explicativa n.º 9.b
(2) Nota explicativa n.º 9.c
c) Movimentação das provisões com processos judiciais, administrativos e obrigações legais

	2012				2011			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	104.757	2.941	1.235	108.933	79.682	1.344	943	81.969
Constituição (1)	11.157	-	724	11.881	19.987	1.597	300	21.884
Reversão de provisão (2)	-	(693)	(146)	(839)	-	-	(8)	(8)
Atualização (1)	4.780	-	-	4.780	5.088	-	-	5.088
Saldo final	120.694	2.248	1.813	124.755	104.757	2.941	1.235	108.933

	2012		2011	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Depósitos em garantia - outros créditos (3)	22.800	1.045	840	24.665
(1) nota explicativa n.º 23	-	-	-	-
(2) nota explicativa n.º 22	-	-	-	-
(3) nota explicativa n.º 9.a	-	-	-	-

d) O detalhamento das provisões, obrigações legais e dos riscos por probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é o seguinte:

	2012					
	Obrigações fiscais e previdenciárias		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Obrigações legais (a)	100.046	100.046	-	-	-	-
Prováveis (a)	20.648	20.648	2.248	2.248	1.813	1.813
Possíveis (b)	16.546	-	17.337	-	43.417	-
Remotas	4.925	-	-	-	14.381	-
TOTAL	142.165	120.694	19.585	2.248	59.611	1.813

	2011					
	Obrigações fiscais e previdenciárias		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Obrigações legais (a)	85.286	85.286	-	-	-	-
Prováveis (a)	19.471	19.471	2.941	2.941	1.235	1.235
Possíveis (b)	4.890	-	15.574	-	28.740	-
Remotas	4.780	-	-	-	12.405	-
TOTAL	114.438	104.757	18.515	2.941	42.380	1.235

(a) Perdas prováveis e obrigações legais - **Legais, fiscais e previdenciárias** - COFINS – ampliação da base de cálculo da COFINS – R\$ 92.721 (R\$ 78.271 em 2011) – ação judicial contestando a ampliação da base de cálculo da COFINS (Lei 9.718/98), aguardando mandato de segurança. IRPJ e CSLL – R\$ 13.094 (R\$ 12.607 em 2011). Refere-se a questionamento sobre recolhimentos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, referente ao fato gerador ocorrido no ano-calendário de 1999. (artigo 72, inciso V, do ADCT - receita operacional bruta). Guarda-se análise de admissibilidade do recurso. PLANO VERÃO – R\$ 6.465 (R\$ 6.296 em 2011). Trata-se de ação judicial contestando os índices de correção monetária de balanço de 1990. Não há depósito judicial. PIS – R\$ 860 (R\$ 719 em 2011). Reconhecimento do direito de recolher o PIS com base na Emenda Constitucional nº 17/97 (artigo 72, inciso V, do ADCT - receita operacional bruta) ao invés da Lei nº 9.718/98, até 31 de dezembro de 1999. Aguardando julgamento. IRPJ 1992 – R\$ 2.828 (R\$ 2.191 em 2011). Visa à declaração da inexistência do recolhimento das antecipações sobre o IRPJ referente ao exercício de 1992. Em 2009 havia provisão referente a CSLL, porém esta foi baixada em 2011, uma vez que foi verificado o comprovante de pagamento da mesma. O processo está aguardando julgamento do Recurso de apelação interposto pela União Federal no TRF da 3ª Região. IRPJ e CSLL 1990 – R\$ 4.700 (R\$ 4.647 em 2011). Visa à declaração da inexistência do recolhimento das antecipações sobre o IRPJ referente ao exercício de 1990 uma vez que com a correção monetária do balanço não terá lucro tributável. O processo está aguardando julgamento do Recurso de apelação interposto pela União Federal no TRF da 3ª Região. CSLL – R\$ 26 (R\$ 26 em 2011). Refere-se ao reconhecimento do seu direito de não ser compelido ao recolhimento da antecipação da CSLL instituída pelo artigo 8º da Lei 7.787/89. Aguardando julgamento do recurso de apelação. (b) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível - Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente a: CSLL – R\$ 5.080 (R\$ 4.890 em 2011). Refere-se auto de infração questionando parcelas de estimativas não recolhidas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, referente ao fato gerador ocorrido no ano-calendário de 1999. Entretanto, o Banco efetuou compensação dessas parcelas através de processo homologado pela Receita Federal. Face a compensação, o Banco entrou com recurso questionando o auto de infração, o qual é avaliado como perda possível pelos assessores legais do Banco. IRPJ/CSLL – R\$ 6.465. Refere-se a questionamento de débitos de IRPJ e CSLL, referente aos anos base 1997 e 1998, em razão da aplicação do IPC no mês de janeiro de 1989 na correção monetária das demonstrações financeiras. O Banco apresentou petição e aguarda sentença, a qual é avaliada como perda possível pelos assessores legais do Banco. PIS – R\$ 5.000. Refere-se ao questionamento declarando o direito de recolher o PIS, referente aos exercícios anteriores a 2000, apenas sobre as receitas de serviços. Conforme avaliação dos assessores legais do Banco a perda é possível. **Trabalhistas** - São ações, na maioria, movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras", e por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. **Cíveis** - São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por danos materiais e/ou morais, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	CREDIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA	
	2012	2011
Informações da controlada:		
Capital social	7.133	7.133
Quantidade de cotas	2.038.000	2.038.000
Porcentagem da participação (%)	100%	100%
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	2.863	13.228
Prejuízo do exercício	(10.365)	3.072

Saldos no início do exercício

Resultado de equivalência patrimonial	13.228	10.156
Saldos no final do exercício	2.863	13.228

13. IMOBILIZADO

	2012			2011		
	Taxa anual de depreciação	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	78	78	78	78	78	78
Imovéis de Uso	4%	933	(598)	335	933	(566)
Instalações	10%	209	(202)	7	209	(194)
Móveis, máquinas e equipamentos de uso	10%	440	(259)	181	593	(343)
Sistemas de comunicação	10%	265	(152)	113	414	(257)
Sistemas de processamento de dados	20%	1.014	(905)	109	1.777	(1.555)
Sistemas de segurança	10%	251	(127)	124	255	(105)
Imobilizações em andamento	-	79	-	79	826	-
Total		3.269	(2.243)	1.026	5.085	(3.020)

14. INTANGÍVEL

	2012	2011
Ágio (*)	38.323	38.323
Provisão para amortização	-	(24.822)
Amortização acumulada	-	(38.323)
Ágio Líquido	38.323	4.493
Softwares	8.070	5.962
Amortização acumulada	(4.753)	(3.864)
Líquido	3.317	2.098
Total	3.317	10.656

(*) Em dezembro de 2012 foi reconhecida a amortização integral do saldo remanescente do ágio advindo da incorporação da empresa Galo S.A. pelo Banco em maio de 2008, com impacto li-

quido no exercício de R\$ 7.162 (Despesa de R\$ 20.445 – nota explicativa n.º 23 e Receita de R\$ 13.283 – nota explicativa n.º 22) em razão da incerteza de sua realização através dos benefícios econômicos futuros advindo das atividades, dentro do horizonte de cinco anos, conforme estabelecido no CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), homologado pela Resolução BACEN n.º 3.566/08.

15. DEPÓSITOS

	2012			
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos
Depósitos				
A vista	349	-	-	-
Interfinanceiros	-	216.012	290.891	626.784
Total	349	216.012	290.891	626.784

	2011			
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos
Depósitos				
A vista	221	-	-	-
Interfinanceiros	-	201.456	169.572	603.339
Total	221	201.456	169.572	603.339

16. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

	2012		2011	
	Ações ordinárias	Ações ordinárias	Ações ordinárias	Ações ordinárias
Obrigações por empréstimos no exterior	-	-	-	-
Empréstimos em moeda nacional (a)	-	-	32.183	32.183
Total	-	-	32.183	32.183
Curto prazo	-	-	763	763
Longo prazo	-	-	31.400	31.400

(a) Refere-se a empréstimo obtido no exterior, em moeda nacional, no valor original de R\$ 31.400, com vencimento em 2014, sujeito à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI. Em 15 de outubro de 2012 o Banco liquidou antecipadamente o empréstimo obtido no exterior, em moeda nacional, pelo montante de R\$ 33.130, cujo vencimento era 2014 e estava sujeito à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI.

17. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Refere-se à taxa de cadastro cobrada no ato da contratação do financiamento, apropriada "pro rata-temporis" de acordo com os prazos dos contratos.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social** - Em 31 de dezembro de 2012 o capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 423.596 (R\$ 262.596 em 2011), estava representado por 105.127.380 (20.011.440 em 2011) ações ordinárias, sem valor nominal. Em 10 de agosto de 2011, houve aumento de capital de R\$ 62.254, mediante emissão de 9.875.563 novas ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$ 262.596 e o total de 20.011.440 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 22 de agosto de 2011. Em 03 de janeiro de 2012 houve aumento de capital social de R\$ 25.000, mediante emissão de 5.115.940 ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$ 287.596 e o total de 25.127.380 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 12 de janeiro de 2012. Em 12 de dezembro de 2012 houve aumento de capital social de R\$ 136.000, mediante emissão de 80.000.000 ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$ 423.596 e o total de 105.127.380 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 17 de dezembro de 2012. b) **Distribuição de lucros** - Aos acionistas são assegurados 25% como dividendos mínimos obrigatórios, calculados sobre o lucro líquido anual, de acordo com a legislação societária.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Banco, com base em expectativa de resultados tributáveis futuros, constitui créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias basicamente relativas à provisão para perdas com operações de crédito e à provisão para contingências.

a) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram constituídos com base nas alíquotas vigentes incidentes sobre as operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2012 não foram constituídos créditos tributários.

	Imposto de Renda 2011	Contribuição Social 2011
Ativo		
Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	9.149	5.516
Contingências	16.394	9.836
Provisão para perdas com créditos	15.298	9.179
Ajuste a valor de mercado	1	1
Total dos créditos tributários	40.842	24.532

b) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
	2012	2011
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social, líquido de participações estatutárias	(58.340)	(43.565)
aliquota vigente	25%	25%
Expectativa do crédito tributário de imposto de renda e da contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	14.585	10.891

Efeito do imposto de renda, contribuição social e crédito tributário sobre as diferenças permanentes:

- resultado de participação em controlada	(5.215)	569	(3.148)	325
- reversão de provisão do ágio sobre incorporação da Galo S.A.	(2.591)	768	(1.555)	461
- reversão de provisão do ágio sobre incorporação da Galo S.A.	3.930	621	2.358	372
- provisão com cessão de crédito	84	-	50	-
- provisão para despesas entre empresas do grupo	(13)	(662)	(8)	(397)
- baixa da amortização do ágio				